

O presidente Joaquim Chissano de Moçambique disse que o seu executivo gostaria de realizar eleições «não mais tarde do que em Outubro de 1994», ao discursar na 29.ª Cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA), no Cairo.

Joaquim Chissano disse que a presente fase do processo de paz é de «importância crucial», apelando para o «engajamento» do Continente para «tornar irreversível» a pacificação do País.

A aplicação do Acordo Geral de Paz de Roma esteve paralisado mais de três meses por ausência da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), disse Chissano.

O chefe de Estado moçambicano acusou a Renamo de não responder «satisfatoriamente» aos esforços do seu Governo e das Nações Unidas para a concretização do processo, a despeito do fundo de 10 milhões de dólares organizado pela ONU para financiamento da transformação

Chissano pretende eleições até Outubro do próximo ano

da organização ex-guerrilheira em partido político.

A Renamo deveria ter iniciado no mês transacto a sua participação na Comissão de Supervisão e controlo do processo de paz, disse Chissano, «mas exige casas, financiamentos e uniformes, mantendo todo o processo como refém, até que sejam satisfeitos os seus interesses materiais e táticos».

Por seu lado, o Governo moçambicano mantém o «exercício de aprofundar a democracia», disse, alertando para a necessidade de rápida aprovação da lei eleitoral e de aplicação do programa de pacificação do País, da formação do Exér-

cito único nacional e assistência aos refugiados e deslocados de guerra.

O Governo moçambicano, disse, pretende eleições «justas e livres e sem intimidação» para uma altura «não mais tarde do que Outubro de 1994».

Chissano referiu-se à «situação anacrónica» de Angola, onde a guerra continuada é «uma tragédia não só para o País, como um foco de desestabilização da África Austral».

O discurso de Joaquim Chissano era aguardado com interesse, sobretudo por causa das discussões ministeriais que precederam esta cimeira.

Aparentemente, o único que respondeu aos apelos

para que os discursos fossem encurtados, Chissano acabou por fazer uma leitura rápida de alguns tópicos, não expondo o pensamento do seu executivo sobre o futuro do processo de paz.

As várias alocuções da manhã de terça-feira naquele encontro da OUA foram feitas em termos gerais, rodeando os problemas de fundo da organização e com boa parte dos

chefes de Estado ou delegados empenhados em encontros bilaterais nos corredores do imenso centro de conferências do Cairo.

A Tunísia convidou a Cimeira a reunir-se no próximo ano em Tunes e o presidente Robert Mugabe, líder do Zimbabué e da Linha da Frente, pediu por seu lado a reformulação das Nações Unidas e so-

brete do seu Conselho de Segurança, rejeitando o poder de veto dos cinco Estados permanentes.

«Não basta pregar a democracia», disse Mugabe, interpelando aqueles — disse — que «nos impuseram o voto livre para decidir quem governaria nos nossos países» e não aplicam a mesma regra nas instituições internacionais.

O líder ganense, Jeery

Rawlings, salientou que o Congresso Nacional Africano (ANC), o Congresso Panafricanista (PAC) e outras organizações sul-africanas «já não nos podem armas, mas sim meios para vencer as eleições» futuramente na África do Sul.

Investivando África por se ter permitido criar exércitos de base étnica e não nacional, Rawlings recusou qualquer drama africano que «sirva para justificar que se retirem as crianças das escolas para irem para os terrenos de combate».

«É necessário envolver os militares (africanos) no processo de desenvolvimento», preconizou, lembrando os milhares de vítimas derivados dos «erros dos exércitos étnicos» em África.